



Universidade e Desenvolvimento Regional: considerações iniciais sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul

Autores:

Luis Claudio Krajevski - UFFS - luisclaudio@uffs.edu.br

Resumo:

A relação universidade - desenvolvimento regional continua sendo objeto de diversas pesquisas. Embora os efeitos da universidade sobre as regiões não sejam homogêneos, os estudos de caso têm contribuído para um entendimento maior desta relação. Neste sentido cabe examinar as consequências da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Considerando o histórico de criação desta universidade e seu compromisso com o desenvolvimento regional, convém analisar como a UFFS tem cumprido com este objetivo. Ademais, convém examinar possíveis adversidades que impedem a universidade de contribuir com o desenvolvimento da mesorregião. O estudo é resultado de análise bibliográfica e documental. Os resultados apontam a existência de diversos desafios que a UFFS deve superar para que possa colaborar com o desenvolvimento regional.

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Considerações iniciais sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul

INTRODUÇÃO

A discussão sobre universidades e sua influência sobre o desenvolvimento regional não é algo incomum, pelo contrário. Nos últimos anos o número de estudos sobre este tema tem se elevado consideravelmente. As investigações têm se baseado nas relações e impactos que as universidades possuem sobre as regiões em que se localizam. No entanto, mesmo que estas consequências sejam frequentes e facilmente observáveis, o grau de intensidade destes efeitos é diferente. Portanto, se há um paradigma de que as universidades beneficiam as regiões, os resultados não são homogêneos ou padronizados.

Ademais, esta relação apresenta diversos aspectos. A repercussão de uma universidade sobre uma região pode ocorrer em diversas direções. Para Hoff, Martin e Sopeña (2001), por exemplo, estes efeitos podem ser na habitação, transporte e pessoal; no uso dos recursos locais; estímulo a novas empresas/lideranças; incentivo às atividades culturais (novas ideias); serviços públicos e de manutenção e empregos diretos e indiretos. Essas implicações variam de acordo com o perfil da universidade e, evidentemente, da região em si. E é justamente esta variação que impede a uniformização dos impactos das universidades sobre o desenvolvimento regional.

De qualquer forma, a relação universidade – desenvolvimento regional permanece presente, com perspectivas otimistas. Contudo, nem sempre esta relação ocorre conforme as intenções iniciais. Muitos elementos poderiam ser analisados no sentido de explicitar porque as regiões nem sempre sentem o impacto anteriormente planejado quando da instalação da universidade. Desse modo, estudos de caso que investiguem as relações entre universidades e desenvolvimento regional são cada vez mais salutar e necessários. Como esta relação depende das circunstâncias, perfil da universidade e da região propriamente dita, este trabalho buscará analisar a relação Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) com o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL – MGFM.

Neste sentido, convém identificar a UFFS, instituição *multicampi* criada em 2009 e em funcionamento desde 2010. Esta universidade, além de *multicampi*, está distribuída nos três Estados da região Sul, mais precisamente, na área que compreende a MGFM e seu entorno.

Esta caracterização já indica um caráter diferenciado desta universidade se comparada a outras instituições, quanto ao desenvolvimento regional.

A UFFS surgiu da demanda de uma população que não tinha acesso ao ensino superior público e gratuito. Assim, a sociedade desta região se organizou e constituiu o Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF). O estabelecimento de diversos *campi* buscou não só atender a mesorregião, como também permitiu a criação de cursos voltados as necessidades regionais. E uma das premissas básicas que deu origem a instituição, e que está presente em diversos documentos fundantes da universidade, é o compromisso desta com o desenvolvimento regional. Desta forma, cabe investigar até que ponto a UFFS tem cumprido este objetivo. Desta forma, este trabalho visa compreender alguns aspectos entre o desenvolvimento regional e a UFFS, considerando especialmente algumas possíveis adversidades para a consecução de seus objetivos.

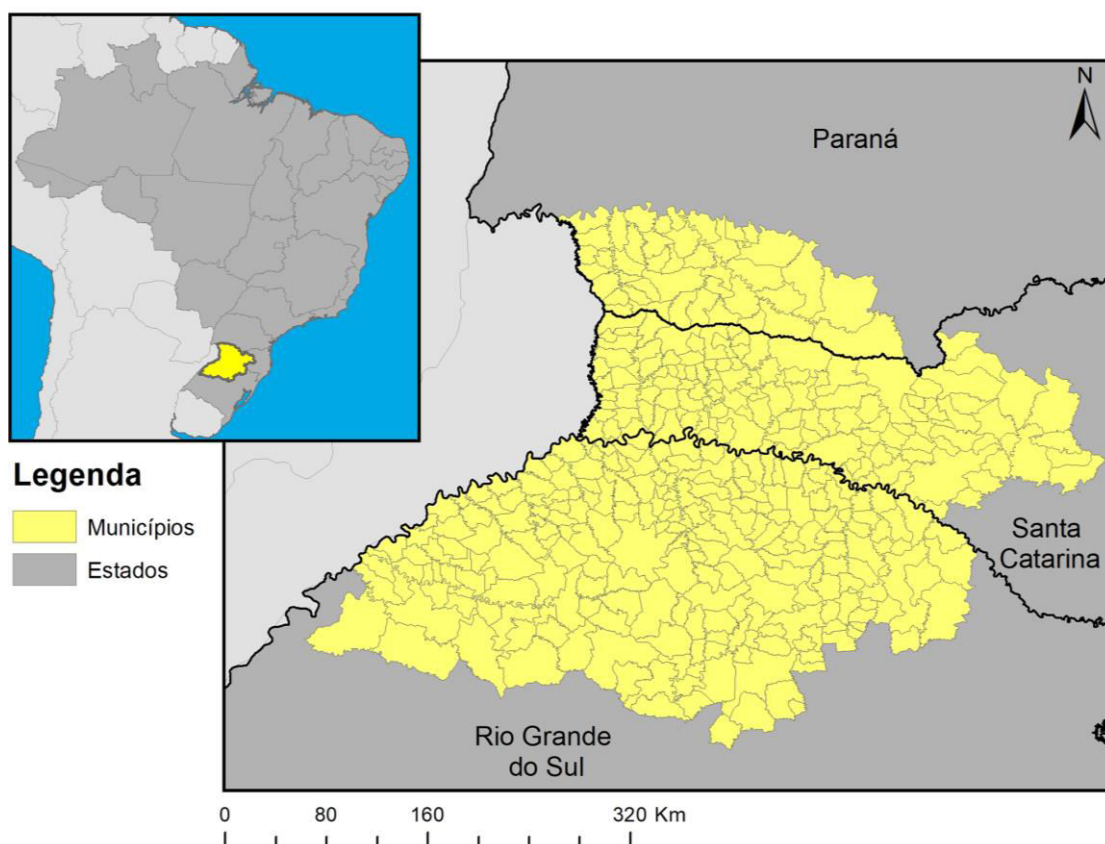
A criação da UFFS, mediante o compromisso com a região, poderia acarretar numa perspectiva de que o desenvolvimento regional ocorreria. Entretanto, a entrada em funcionamento da universidade não é garantia de que esta situação seja rapidamente observada. Afinal, as especificidades desta instituição e as condições do ensino superior brasileiro podem representar adversidades que impedem a solução da razão pela qual a universidade surgiu: o desenvolvimento da MGFM e seu entorno.

Para o cumprimento deste objetivo, o estudo consiste de análise bibliográfica e documental sobre a UFFS. Este trabalho está dividido em cinco seções, incluindo a presente introdução e as considerações finais. A seção seguinte resgata aspectos relacionados ao desenvolvimento regional e a região em questão. Na sequência são discutidos alguns princípios relacionados às universidades, com destaque para sua influência sobre o desenvolvimento regional. Posteriormente, encontra-se a análise da UFFS e o desenvolvimento regional, com destaque para as possibilidades e desafios da instituição. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

A MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A MGFM está situada na região Sul do país, distribuída pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A região abrange 396 municípios, sendo 42 municípios no Paraná, 131 municípios em Santa Catarina e 223 no Rio Grande do Sul (MI, 2017). A área total da região é de aproximadamente de 120 mil km², contendo uma população pouco inferior a quatro milhões de habitantes (MI, 2017). A figura 1, a seguir, indica a área de abrangência da mesorregião frente aos Estados da Região Sul.

Figura 1 – Localização da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL - MGF



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Conforme observado na figura 1, a MGF contempla boa parte do noroeste gaúcho, o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná. Segundo Demarco e Maia (2013), a taxa de urbanização da mesorregião, 65%, é um dos indicadores que a diferenciam das demais mesorregiões. Para efeitos de comparação, considerando o censo demográfico de 2010, a taxa de urbanização do Paraná é 85.33%, 83.99% em Santa Catarina e de 85.1% no Rio Grande do Sul (ATLAS BRASIL, 2018). Para além da faixa territorial contínua, a mesorregião inclui microrregiões com características socioeconômicas semelhantes.

Segundo Corazza (2016), uma primeira característica da mesorregião seria o isolamento político e o atraso na inserção da região à economia nacional. Uma outra peculiaridade de grande importância se refere a formação econômica da região pois, conforme Corazza, ocorreu estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas, inicialmente voltadas a subsistência, posteriormente foram integradas ao modo de produção capitalista. Na verdade, Corazza vai adiante ao registrar que

“[...] as fronteiras político administrativas entre os três Estados pouco representaram no sentido de demarcar diferenças na sua formação econômica. O que se viu foi a continuidade de elementos comuns entre os três territórios fronteiriços com a Argentina do que rupturas ou acentuadas

diferenças entre eles. A região apresenta uma história econômica quase idêntica nos três Estados, [...]” (CORAZZA, 2016, p. 315).

Entretanto, esta caracterização econômica não se configura como algo favorável à mesorregião, pelo contrário. Para Demarco e Maia (2013) a região em questão possui algumas barreiras ao seu crescimento e desenvolvimento, tais como: municípios com pouca capacidade de arrecadação, escassez de recursos, perda de dinamismo e competitividade da economia regional, dificuldades da inserção da produção agrícola (pequenas propriedades), além de outros problemas sociais (saúde e educação), o que levaria a perda da população regional em virtude da emigração para outras regiões. Dessa maneira, a busca pelo desenvolvimento regional requer a superação desses problemas.

Obviamente, esta descrição é útil no sentido de conhecer alguns traços socioeconômicos da mesorregião como um todo. Mas obviamente existem diferenças que devem ser consideradas. O próprio Corazza (2016) menciona que a crise que afetou a agricultura familiar, embora ocorrida na mesma época, produziu resultados diferentes nas microrregiões. Mas outras questões podem ser examinadas, como políticas estaduais de desenvolvimento regional, diferentes períodos de colonização, fenômenos políticos, sociais e econômicos específicos, entre outros. Isso não significa mitigar as idiosincrasias da mesorregião como um todo, apenas ressaltar as prováveis diferenças entre as microrregiões que integram a MGFM.

Outra característica da mesorregião de significativa relevância se refere a ausência de ensino superior público e gratuito na maior parte da região (TREVISOL, 2016). Embora o Sudoeste do Paraná tivesse Instituições de Ensino Superior no seu território, o mesmo não acontecia em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Diante deste cenário, se constituiu o Movimento Pró-Universidade Federal em 2005, incluindo a demanda dessa mesorregião por uma universidade federal, pública e gratuita. Aliás, esta é uma das particularidades dessa universidade. Sua origem é claramente diversa da grande maioria das universidades federais brasileiras, afinal partiu de uma região singular, com pouco poder econômico e político (outras características serão vistas mais adiante).

Os aspectos examinados até aqui permitem identificar uma grande região que apresenta características semelhantes, com um processo de formação social e econômica similar. E esta região, distante das capitais de cada Estado e estando a margem do desenvolvimento econômico e social costumeiramente localizado em municípios próximos as capitais e/ou costa brasileira, que, no anseio de buscar alternativas, demanda e conquista uma universidade federal. No entanto, antes de verificar como que esta universidade pode contribuir com o desenvolvimento, cabe discutir o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, as desigualdades entre as regiões.

Desenvolvimento é um dos termos mais utilizados na atualidade, embora nem sempre se tenha clareza do que esta palavra representa. Para Esteva (2000), durante muito tempo “evolução” e “desenvolvimento” eram tratados como sinônimos. A ideia de que desenvolvimento representa progresso é amplamente aceita. Buscando não se aprofundar demasiadamente sobre esta questão, entende-se, para efeitos deste trabalho, que

desenvolvimento representa uma melhoria, isto é, uma mudança positiva, sobre alguma dimensão (econômica, social, ambiental, entre outros) em determinado período de tempo e em determinada região.

Certamente, esta melhoria não significa que apenas uma dimensão pode ser beneficiada, é possível que outras dimensões também sejam afetadas pela existência de determinado fenômeno. Todavia, é provável que a melhoria em uma dimensão acarrete uma piora em outra. Um exemplo deste dilema seria a instalação de uma indústria qualquer que emitisse gases poluentes em determinada região. Se poderia ocorrer certo desenvolvimento econômico, a dimensão ambiental seria prejudicada. Ademais, o termo desenvolvimento se estende a outras áreas do conhecimento, como desenvolvimento político, institucional, cultural, entre outros.

Quanto a região, este é outro termo em que não há uniformidade quanto a sua definição. O que norteará o entendimento conceitual de região estará atrelada a área de estudo em questão. Frequentemente utilizado na geografia, o termo região ganhou espaço em outras ciências, como Economia e Ciência Política. A questão regional tem sido muito utilizada nas esferas político-administrativas, cujos critérios para a regionalização são diversos e nem sempre coincidentes entre uma área e outra. Isso não diminui sua importância, pelo contrário. Para Santos (1994, p. 47):

“A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando à nova dinâmica às condições preexistentes.”

Especificamente na economia, o termo região serve para diferenciar as atividades produtivas que existem naquele espaço geográfico. Obviamente isso não significa que estas relações só existam naquela região, mas serve para identificar que há intensidade de determinadas atividades econômicas ali existentes, e não mais nas áreas geográficas contíguas. Convém ressaltar que mesmo buscando vincular o termo somente a economia, difícil conceituá-lo sem utilizar os recursos da geografia. Oliveira aprofunda a discussão de região sob a ótica econômica ao afirmar que

“[...] as “regiões” são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica.” (OLIVEIRA, 1981, p. 30, grifos do autor)

A discussão até aqui permite considerar uma ideia a respeito do desenvolvimento regional. Este representaria um progresso, uma melhoria, ocorrida ao longo do tempo, em determinada região. Esta melhoria normalmente acaba sendo identificada sob o viés da dimensão econômica, mas não se restringe a ela. É este processo que pode acarretar

consequências positivas e/ou negativas sobre as outras dimensões. E com base nesta concepção que está baseado este estudo. E sobre o termo desenvolvimento regional diversas teorias têm sido construídas ao longo do tempo. Mesmo que não seja oportuno revisitar todas estas vertentes, uma pequena síntese é descrita a seguir.

A discussão teórica sobre o desenvolvimento das regiões trazia, inicialmente, a ideia das teorias locais. Para Liberato (2008), as principais contribuições vieram de Von Thunen (1826: teoria da localização – distância resultado da relação produção e consumo); Weber (1909: custos de produção – localização industrial); Christaller (1933: teoria dos lugares centrais) e Losch (1940: demanda – áreas de mercado). Estas teorias, de caráter quantitativo, foram sintetizadas por Isard nos anos 1950, no impulso da “Ciência Regional” (GOULARTI FILHO, 2008). Em seguida, surgiram as contribuições teóricas estruturalistas, através de Perroux (1955: polos de crescimento); Myrdal (1956: causação circular cumulativa) e Hirschmann (1958: efeitos de encadeamentos).

Posteriormente, a teoria da dependência e a teoria da relação centro-periferia discutiram o desenvolvimento regional. Para Liberato (2008), essas correntes teóricas entendiam que as regiões eram consequências de processos hierárquicos e assimétricos, influenciadas por fatores exógenos. Nas últimas décadas ganhou força a perspectiva endógena acerca do desenvolvimento regional. Para Amaral Filho (2001), o entendimento do desenvolvimento “de baixo para cima” reconheceria as potencialidades econômicas locais/regionais.

Entretanto, tal perspectiva sobrevaloriza os recursos locais, como se fosse possível que simples identificação de potencialidades locais e articulação dos sujeitos sociais ali existentes promoveriam o desenvolvimento regional. Brandão registra esta crítica ao asseverar que

“Uma grande parte dessa produção intelectual exagera na capacidade endógena de determinado território para engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, replicar as características exitosas de outros casos e, dessa forma, acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local.” (BRANDÃO, 2012, p. 39)

Ainda para Brandão (2012), o engajamento ao pensamento do desenvolvimento endógeno ignora os conflitos locais, como se não existissem lutas de classes, além de mitigar a ação e importância do poder público. As abordagens endógenas passaram a ser utilizadas no Brasil nos anos 1990 e início dos anos 2000, diante da ideia de redução do papel do Estado. Este movimento perdeu um pouco de sua força a partir de 2003, quando o Estado voltou a considerar as políticas públicas de caráter regional. Essa condição pode ser observada pela criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, criada em 2003¹.

Cabe ainda destacar outra perspectiva teórica que auxilia na compreensão a respeito do desenvolvimento regional: a discussão sobre o desenvolvimento geográfico desigual.

¹ A PNDR seria implementada apenas em 2007. No entanto, diante do insucesso desta política pública, em 2013 foi criada a Nova PNDR, ainda não implementada.

Embora o desenvolvimento desigual já tivesse sido objeto de análise por Marx (1996), Lenin (1982) e Trotsky (1977); as contribuições mais recentes, tais como Smith (1988) e Harvey (2006), que abordam o desenvolvimento geográfico desigual, auxiliam a compreensão das desigualdades regionais.

Smith considera que o desenvolvimento desigual é intrínseco ao modo de produção capitalista. A própria reprodução do capital criaria diferenças no espaço geográfico, a ponto de afirmar que “O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital.” (SMITH, 1988, p. 217). A desigualdade se daria como consequência dos movimentos do capital, pois este, na busca por lucros cada vez maiores, se movimenta das regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas (Smith denomina de vaivém do capital).

Harvey (2014) vai aprofundar a abordagem teórica de Smith. Para ele, sem o desenvolvimento geográfico desigual, e suas contradições, o capitalismo não avançaria. O autor entende que “Os efeitos geográficos irregulares em todas as regiões ou estados são registrados como um desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2006, p. 94). E o desenvolvimento geográfico desigual é resultado da reprodução do capital. Dessa forma, a busca por maiores lucros faz com que o capital crie e/ou eleve as desigualdades regionais.

A teoria do desenvolvimento geográfico auxilia a compreensão das desigualdades regionais observadas entre a MGFM e as outras regiões dos Sul do país. A busca por iniciativas que promovam o desenvolvimento regional visa atenuar as desigualdades desta mesorregião para com as demais. Assim, a demanda por universidade federal, pública e gratuita, vai ao encontro dos anseios da comunidade regional. E essa pretensão só existe porque há desigualdades regionais. Neste contexto, faz-se necessário examinar a universidade enquanto instituição capaz de contribuir com o desenvolvimento regional, conforme será visto a seguir.

A UNIVERSIDADE

Originada nos fins da Idade Média, e mesmo vinculada a Igreja católica, a universidade permitia desde seu início discussões públicas, as quais integravam a formação (LIMA, 2012). Contudo, o vínculo com a Igreja católica manteve o caráter conservador da universidade até o século XVIII (ALMEIDA FILHO, 2008). Reformas universitárias, ocorridas a partir do século XIX, promoveriam grandes transformações nesta instituição. Para Ribeiro (1969), a universidade abandonaria a inspiração escolástica para se aproximar do saber científico e tecnológico, se aproximando dos efeitos da revolução industrial. Quanto a universidade latino-americana, embora Ribeiro reconheça sua importância, há também infortúnios:

“Entre os aspectos mais chamativos desta carga negativa, destaca-se o caráter de elite das universidades desta região e a extraordinária capacidade que desenvolveram para mascarar-la com disfarces democráticos. Outra carga desta herança é o estilo aristocrático e patriarcal com que ainda se exercem as cátedras na maioria das universidades latino-americanas, [...] Uma terceira carga está no caráter burocrático destas universidades, que não passam de repartições públicas. Nelas, frequentemente, órgãos

administrativos imbuídos de mentalidade burocrática exercem verdadeira ditadura sobre os setores consagrados à docência e à investigação – contestando razões científicas e acadêmicas.” (RIBEIRO, 1969, p. 67-68).

Também para Ribeiro (1969), essa universidade latino-americana seria reflexo de sua sociedade, subdesenvolvida, e utilizada para gerar lucros. Muito embora essas considerações tenham ocorridas há quase cinquenta anos e, portanto, tenham sido atenuadas, as características apontadas pelo autor ainda são bastante atuais.

Especificamente sobre as universidades brasileiras, estas podem ser: públicas ou privadas. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores – MRE (2017), as universidades públicas são aquelas financiadas pelo Estado, podendo ser federais, estaduais ou municipais e se caracterizam pela gratuidade do ensino. Já as universidades privadas podem ser com ou sem fins lucrativos. As universidades com fins lucrativos são sustentadas por entes privados e visam lucro. As universidades sem fins lucrativos podem ser beneficentes (que possuem Certificado de Assistência Social), não beneficentes e especiais (criadas por lei estadual ou municipal e não gratuitas).

Uma outra diferenciação se refere às universidades estatais ou não estatais. A universidade estatal seria uma instituição pública, enquanto a não estatal seria uma instituição privada. Entretanto, é necessário um aprofundamento nesta questão para diferenciar a universidade estatal da universidade pública. Para Sguissardi, por exemplo,

“Tirando algumas conseqüências para a compreensão do dilema que hoje enfrenta a universidade estatal pública, o fato de ser estatal, do ponto de vista de seu regime jurídico e da sua manutenção exclusiva ou não por parte do tesouro do Estado, não é garantia de que ela possa ser definida como *bem público*, como universidade pública. Independentemente de seu estatuto jurídico-formal, pode estar sendo privatizada.” (SGUISSARDI, 2005, p. 210-211).

O autor considera que a forma de financiamento e da administração é que vai apontar se a universidade pública é estatal ou não. Essa concepção vai ao encontro da ideia de Bresser-Pereira e Grau (1999), a qual considera que o público não-estatal estaria em expansão nos próximos anos. Tal perspectiva encontra ressonância quando, por exemplo, se amplia a utilização de fundações privadas em parceria com as universidades públicas brasileiras.

Neste sentido, as universidades públicas possuem vital importância para efetivamente alterar a estrutura da sociedade: a sua independência da visão mercadológica do ensino superior e investigação. Leopoldo e Silva interpreta desta forma ao argumentar que:

“E por não estar limitada pelas injunções do mercado que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão que foge

aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e consumo.” (LEOPOLDO E SILVA, 2001, p. 299)

Há, contudo, dúvidas se realmente esta situação permanece distante das universidades públicas. Para Santos (2008), a globalização neoliberal mitigou a capacidade das políticas públicas do Estado, afetando diretamente a universidade pública. A análise se aplica bem aos países e regiões menos desenvolvidas, sendo que, nesse cenário, evidencia-se uma importância ainda maior ao papel da universidade pública frente ao desenvolvimento.

A universidade viria para o Brasil somente no início do século XX (ALMEIDA FILHO, 2008). Além de tardiamente, outra idiosincrasia elementar marcaria a universidade brasileira. Nas palavras de Silva Filho, “O ensino superior brasileiro nasceu com características coloniais e de elite.” (SILVA FILHO, 1977, p. 21). Quando se observa a distribuição geográfica das universidades públicas federais, a afirmativa desse autor faz todo sentido.

Há universidades maiores, consolidadas, que possuem maior destaque entre as universidades nacionais e internacionais. Comumente, estão localizadas nas capitais brasileiras ou nos grandes centros urbanos. Desse modo, a universidade brasileira estaria localizada em áreas que explicitamente atenderiam as demandas das elites locais. A exceção são algumas poucas universidades federais, como as universidades federais do interior de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

De outro lado, mais recentemente surgiram novas universidades federais brasileiras em regiões menos importantes política e economicamente. Desta forma, é salutar considerar a existência de um propósito diferente entre estas instituições. E isso implica numa reflexão sobre a universidade, seu papel e sua relação com a sociedade.

Ao longo de séculos, a universidade se manteve como uma instituição sólida e de grande prestígio, intitulada até como “Torre de Marfim”. (MINOGUE, 1981; TREMBLAY, 2011). A concepção sobre o que vem a ser a universidade se altera ao longo do tempo. Não cabe aqui fazer todo este resgate, mas uma das sínteses mais precisas é a de Santos (1989), para quem a universidade é “[...] uma instituição única, relativamente isolada das restantes instituições sociais, dotada de grande prestígio social e considerada imprescindível para a formação das elites.” (SANTOS, 1989, p. 17).

A ideia a respeito da universidade não é homogênea ao longo da história e nem se configura como uma harmonia nos dias atuais. Minogue (1981), por exemplo, é cauteloso quanto a aproximação entre a universidade e a sociedade. Para ele, as universidades “[...] perdem sua identidade acadêmica toda vez que se engajam em causas políticas ou sociais, mesmo que algumas delas (como muitas causas progressistas) se apresente em termos aparentemente adequados.” (MINOGUE, 1981, p. 85). Embora ele admita, mais adiante que a universidade influencia e é influenciada pelo contexto social.

Sob uma outra ótica, há intelectuais que entendem que a universidade tem um papel primordial para o desenvolvimento social. Ribeiro (1969) e Santos (1989) já registraram isso, mas há outros autores que vão mais além. Para Ricken (1986), a universidade pode contribuir

para a resolução dos problemas sociais. Vieira et al (2011) considera que os pesquisadores universitários, ao se articular com autoridades e atores da sociedade civil podem construir importantes alternativas para a sociedade. Mas é de Demo a afirmação mais contundente, ao asseverar que

“A Universidade é chamada a assumir, de forma definitiva, seu compromisso com a política social, por duas razões principais: porque faz parte da política social, na medida em que é integrante da política de educação e cultura; por autocrítica: na medida em que precisa reconhecer que o acúmulo de privilégios deve ser socialmente retribuído.” (DEMO, 1980, p. 130).

Para além da ideia de universidade, cabe examinar sucintamente as funções que lhes caberia. A missão e os objetivos das universidades estão alicerçados no tripé ensino, pesquisa e extensão. Serrano (2010), baseada na perspectiva do educador Paulo Freire, apresenta três funções da universidade: acadêmica (bases teórico-metodológicas), social (promover a organização social e o estímulo à cidadania) e articuladora (relacionando o “saber” e o “fazer” entre a universidade e a sociedade). Para ela, o ensino a pesquisa e a extensão seriam conexas, indissociáveis. Infelizmente, o histórico da atuação das universidades tem mostrado certa prioridade para o ensino e a pesquisa, sendo a extensão relegada a um segundo plano.

Outra crítica se refere ao próprio funcionamento da universidade. Para Chauí (2003), as transformações ocorridas após o regime militar levaram a universidade operacional. Mais explicitamente, a universidade operacional seria aquela “[...] virada para dentro de si mesma, mas, isso não significa um retorno a si e sim, antes, uma perda de si mesma.” (CHAUÍ, 2003, p. 71). A autora destaca ainda o caráter burocrático existente na universidade que a impede de progredir. Para Santos (1989), outra adversidade enfrentada pelas universidades é que, muitas vezes, seus objetivos são contraditórios. Isso pode ser facilmente observado na universidade brasileira, pois enquanto a legislação prevê autonomia financeira, muitas universidades acabam recorrendo a parcerias/recursos privados para o desenvolvimento de suas atividades.

Com relação a universidade como agente para o desenvolvimento, há inúmeros estudos que analisam esta relação. Para Almeida Filho (2008), a universidade é essencial para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Logicamente, é bastante aceitável considerar que as universidades se diferem umas das outras quando se trata da discussão a respeito do desenvolvimento regional. Fernandes (2011) reitera que as universidades exercem grande interferência nas regiões em que estão localizadas. Parece bastante razoável considerar que este comprometimento vai depender da universidade em questão. Afinal, algumas podem funcionar baseada na realidade regional, enquanto outras estão voltadas para pautas globais.

Ao considerar apenas a relação universidade – desenvolvimento regional, convém enfatizar a abordagem de Rolim e Serra (2009). Para eles, existe duas diferentes trajetórias: a universidade que está na região e a universidade da região. A primeira teria ligações específicas, sem uma maior interação regional; já a segunda teria uma afinidade e um relacionamento muito maior com a região, contribuindo sobremaneira para seu

desenvolvimento. Dessa maneira, a universidade da região teria maiores condições e apresentaria melhores resultados frente ao desenvolvimento regional.

Leclerc (1986) ao discutir a ação das “universidades em região” considera que há um duplo desafio: primeiro as atividades relacionadas ao ensino e pesquisa de qualidade semelhantes; e um segundo que essas universidades se colocam responsáveis pelo desenvolvimento regional. Por isso a importância da trajetória apontada por Rolim e Serra referente a universidade ser da região. Evidentemente, há diversos elementos que podem afetar os resultados desta relação universidade – desenvolvimento regional, mas o engajamento de uma universidade da região, territorializada, tende a ser muito maior, com maior probabilidade de sucesso.

Entre os elementos que vão influenciar os efeitos de uma universidade sobre o desenvolvimento, o perfil da região em si é um dos principais. Afinal, as características socioeconômicas da região, a oferta de ensino superior, a distância dos grandes centros urbanos, além de outros atributos regionais, são fatores primordiais deste fenômeno. Mas não é só isso, Leclerc sugere que

“[...] a universidade representa, nas regiões distantes, um agrupamento único de profissionais competentes. [...] Por essa razão, muitos professores e membros da direção dessas universidades regionais fazem parte dos conselhos administrativos e de comitês de grande número de organizações econômicas, sociais e culturais do lugar. (LECLERC, 1986, p. 23).

E neste contexto de frutos para uma região com o funcionamento de uma universidade, merece especial atenção a dimensão econômica. Como visto anteriormente, o desenvolvimento regional é multidimensional, mas é impossível negar a importância da economia, até porque esta impacta diretamente na qualidade de vida da população. Leclerc (1986) corrobora esta visão ao registrar que:

“O impacto econômico da presença da universidade nas regiões reveste-se também de um caráter estritamente econômico. Assim, com justa razão, as despesas a título de ensino superior podem ser consideradas como uma forma de investimento na formação de capital – de capital humano, desnecessário dizer – mas também de capital tão somente. A multiplicação de cidadãos competentes em uma região acrescida pela influência da difusão do saber sob todas as suas manifestações, graças à universidade, tem um peso direto na economia de uma região.” (LECLERC, 1986, p. 23).

Diante da considerável desigualdade existente entre as regiões do território brasileiro, essa discussão universidade – desenvolvimento regional é primordial. Afinal, os efeitos das atividades universitárias sobre as regiões em que estão inseridas, provocariam expressivos resultados. Dentre estas possibilidades, poderiam se destacar a formação qualificada da força de trabalho, produção de conhecimento aplicado a realidade regional, pesquisas que

resultariam em novos produtos ou melhoria nos processos produtivos, elevação nos investimentos públicos e privados, acolhimento de diversas demandas sociais, entre outros.

Obviamente, para que estes resultados sejam possíveis, a universidade precisa executar muito bem aquilo que se propõe. Isto é, o ensino de graduação e pós-graduação deve ser de alta qualidade e concatenado com as demandas regionais/nacionais. A pesquisa deve ser estimulada e fomentada pela universidade, buscando garantir que os investigadores tenham condições de trabalho e financiamento adequado. E a extensão precisa estar próxima da realidade regional, comprometida com a sociedade e permitindo uma articulação recíproca entre a comunidade acadêmica e a população da região.

Mesmo que existam diferentes concepções entre a proximidade da universidade com a sociedade regional, como a crítica de Minogue (1981) ou a proposição de Leclerc (1986), é possível que a universidade se mantenha como uma instituição diferenciada e comprometida com a região. Alves (1980) contribui com esta percepção ao registrar que:

“Ao apoiar áreas prioritárias ao desenvolvimento regional, a universidade precisa ter plena consciência de que sua maturidade está na dependência de seu fortalecimento na maioria das áreas do conhecimento. Prioridade não deve nunca ser confundida com exclusividade.” (ALVES, 1980, p. 112).

Após as considerações sobre a MGFM, a discussão sobre o desenvolvimento regional e desenvolvimento desigual e um breve resgate sobre a universidade, cabe agora analisar esta relação universidade – desenvolvimento regional frente a atuação da UFFS. Afinal, há diversos apontamentos que sugerem que o desenvolvimento das atividades universitárias contribui com o desenvolvimento da região. E, como visto anteriormente, a UFFS surge diante da preocupação da população que habita a mesorregião quanto ao seu futuro. Neste sentido, a próxima seção trata dos compromissos assumidos, das expectativas com a chegada da UFFS e dos desafios para que esta contribua com o desenvolvimento regional.

UFFS E OS DESAFIOS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como já visto, o Movimento Pró-Universidade Federal, quando criado, buscava atender demandas de segmentos da população historicamente marginalizados, especialmente o ensino público superior. Para além disso, outros efeitos eram esperados como, por exemplo, repercussões positivas sobre a região. E essa questão é manifesta na própria lei de criação da UFFS, em seu artigo segundo, o qual indica que “A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação **multicampi** [...]” (BRASIL, 2009, grifos no original).

A menção a inserção regional e o destaque para a atuação *multicampi* aponta claramente o compromisso, registrado em lei, da universidade e sua consonância com as pretensões da comunidade regional. A preocupação com o desenvolvimento regional aparece, também, no próprio estatuto da UFFS. Em seu artigo 6º, que trata dos princípios da UFFS, o inciso XII assevera “desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico regional e nacional, de forma sustentável” (UFFS, 2015, p. 6). No mesmo artigo, inciso IV, outro princípio se destaca: o enfrentamento às desigualdades sociais e regionais (UFFS, 2015).

No artigo oitavo, ao elencar os objetivos da instituição, a preocupação com a questão regional é novamente mencionada:

“VI – desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e extensão articulados com as demandas regionais e nacionais; VII – formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento aptos a se inserirem nos setores profissionais no âmbito regional e nacional.” (UFFS, 2015, p. 7).

Essas referências a questão regional demonstram a centralidade desta no desenvolvimento das atividades universitárias. O registro no estatuto da instituição aponta, explicitamente, a preocupação com o desenvolvimento regional e sinaliza a conduta que a universidade deverá seguir. Porém, há outros sinais que denotam a importância da questão regional para esta universidade. Um exemplo disso é a existência do Conselho Estratégico Social (CES). Conforme o texto do artigo 46 do estatuto da UFFS:

“O Conselho Estratégico Social (CES) é um órgão consultivo da UFFS, que tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento da UFFS como instituição de educação superior pública e popular, inserida regionalmente, e comprometida com a produção e a disseminação dos conhecimentos social e ambientalmente relevantes.” (UFFS, 2015, p. 21).

Dentre suas competências, artigo 47, destacam-se:

“II – propor a administração da UFFS formas, mecanismos e estratégias para aprofundar a inserção da Instituição na comunidade da região; III – recomendar a execução de ações de natureza política, administrativa e acadêmica que possam melhor colocar a UFFS a serviço do desenvolvimento regional e, em especial, da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica; [...] V – fomentar o debate de temáticas emergentes no contexto regional e propor estratégias de encaminhamento.” (UFFS, 2015, p. 21).

O CES é um diferencial desta universidade em relação as demais universidades federais. Sua composição baseia-se na participação de pessoas que representam entidades, sindicatos, movimentos sociais e outros da comunidade regional. Assim, a população da região

em que a UFFS está inserida tem a possibilidade de participar de discussões que afetam o funcionamento da universidade como um todo. Em cada *campus* da UFFS existe ainda o Conselho Comunitário. O mesmo possui o caráter de ser consultivo, sendo que a maioria dos conselheiros são oriundos da representação regional, nos moldes do CES (UFFS, 2015).

Os Conselhos Comunitários indicam representantes não só para o CES, mas também nos Conselhos de *Campus*. Estes, por sua vez, são órgãos intermediários da UFFS, porém são instâncias consultivas e deliberativas no âmbito de cada *campus* universitário da universidade (UFFS, 2018). E o CES indica representantes para o Conselho Universitário – CONSUNI, órgão colegiado superior da UFFS. Portanto, a comunidade regional possui assento no órgão de maior instância da universidade.

Ao se examinar o Regimento Geral da UFFS (2016), observa-se que, em seu artigo 74, a comunidade universitária é composta pela comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) e pela comunidade regional. A comunidade regional representa a população da MGFM e seu entorno. Dessa maneira, a população, através de seus representantes (sujeitos sociais que constituíram o MPUF), integra a comunidade acadêmica.

Mas, para além da possibilidade de atuação junto aos conselhos universitários, a UFFS inova ao permitir que a comunidade regional participe das consultas para escolha dos dirigentes da universidade. No artigo 13º do Regimento Geral, têm-se que “O Reitor e o Vice-Reitor são nomeados pelo Presidente da República, a partir de lista tríplice elaborada pelo CONSUNI, após a consulta a comunidade universitária, na qual os segmentos de peso paritário.” (UFFS, 2016, p. 7). No artigo 27 do mesmo documento, tem-se que o diretor de *campus* é nomeado pelo Reitor, mediante indicação do Conselho de *Campus* após a consulta a comunidade acadêmica.

Isso significa que a comunidade regional participa da consulta para definição dos diretores de *campus* e reitor/vice-reitor com 25% dos votos. Indubitavelmente, esta condição mostra um caráter diferenciado e indica a importância que a comunidade regional possui para a universidade. Esta é uma peculiaridade da instituição que não só reforça o compromisso com a questão regional como permite que a sociedade participe de diversas atividades acadêmicas, além da escolha de seus dirigentes.

Na verdade, esta relação não é casual. Quando se observa o histórico do MPUF é possível notar a ampla participação da sociedade regional. E esse processo deve ter sido construído mediante alto grau de complexidade. Afinal, são microrregiões diferentes de três diferentes unidades da Federação. Ademais, a necessidade de construir consensos quanto aos *campi*, cursos e regiões promoveu um esforço considerável para que a criação da universidade fosse possível. Aliás, sobre o perfil da universidade em si, o MPUF afirma que

“Para cumprir esta missão, o Movimento propõe uma universidade democrática, autônoma, que respeite à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participações dos diferentes sujeitos sociais. Também propõe uma universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais,

incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade (MPUF, 2008, p. 8).

Esse trecho deixa evidente qual deve ser o público alvo da UFFS: os filhos da classe trabalhadora da região, ressaltando ainda a preocupação com as desigualdades socioeconômicas regionais.

Ainda com relação a preocupação da universidade com o desenvolvimento regional, deve-se ressaltar as atividades e propostas contidas na I e II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE, realizadas em 2010 e entre 2016/2018. A I COEPE tinha como principal objetivo discutir a missão e os objetivos da UFFS que havia entrado em funcionamento naquele ano (2010). O resultado da conferência estabeleceria as diretrizes quanto as futuras atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Dentre seus fóruns temáticos destaca-se o tema Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação. A II COEPE teve início ainda em 2016, sendo que a plenária final, reunindo todo o trabalho acumulado nos *campi*, ocorreu no início de 2018. Mais uma vez a questão regional foi objeto de discussão, especialmente no eixo “Desenvolvimento Regional, urbano e Políticas Públicas”.

Assim, nas duas conferências realizadas pela UFFS neste curto período de sua existência, o desenvolvimento regional foi uma das questões centrais. Dessa maneira, é inegável que o surgimento da UFFS, seus documentos fundantes e suas diretrizes apontam claramente para uma preocupação com a região em que está inserida. Assim, o desenvolvimento regional é um dos principais objetivos da instituição. Contudo, esta preocupação e missão não basta para que a universidade possa ser efetiva quanto ao desenvolvimento regional. Faz-se necessário o exame das condições para que a UFFS alcance sucesso neste propósito. Para isso convém identificar os cursos que são ofertados pela universidade.

Tabela 1 – Número de cursos ofertados pela UFFS, por *campus* - 2018

| <i>Campus/Estado</i> | Graduação | Pós-Graduação (lato sensu) | Mestrado (stricto sensu) |
|------------------------------|------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| Cerro Largo /RS | 7 | 7 | 2 |
| Chapecó/SC | 13 | 7 | 4 |
| Erechim/RS | 11 | 6 | 3 |
| Laranjeiras do Sul/PR | 7 | 4 | 2 |
| Passo Fundo/RS | 1 | - | - |
| Realeza/PR | 6 | 6 | 1 |

Fonte: elaborado pelo autor, conforme dados disponibilizados no sítio da UFFS (UFFS, 2018).

Conforme dados da tabela 1, a UFFS conta atualmente com 45 cursos de graduação, 30 especializações *lato sensu* e 12 cursos de mestrado. Em 2016 a universidade superou oito mil estudantes em seus seis *campi* (UFFS, 2018). A existência de diferentes cursos, de distintas

áreas do conhecimento, distribuídos em três unidades da Federação, permite dimensionar a complexidade da universidade em questão. Ademais, a construção de obras de infraestrutura (salas de aula, laboratórios, setor administrativo, restaurantes universitários, entre outros) ocorreram ao mesmo tempo em cinco *campi* diferentes.

Mas para além desta questão, outros desafios parecem surgir diante da missão em desenvolver as regiões. E um primeiro desafio é justamente o formato *multicampi* em que a universidade está organizada. Não bastasse a distância entre os *campi* (a distância maior é entre Cerro Largo/RS e Laranjeiras do Sul/PR, a qual é superior a 550 km), outras questões são divergentes. Por exemplo, as agências estaduais de fomento à pesquisa possuem suas especificidades. As políticas estaduais de desenvolvimento regional, e conseqüentemente seus impactos sobre as regiões em que a UFFS está presente, também são específicas.

Outro elemento que dificulta as ações da universidade diz respeito burocracia, embora este fator afete as demais universidades federais. E esta burocracia pode estar relacionada, inclusive, com o perfil dos servidores da UFFS. Embora a instituição possua características de proximidade com a sociedade regional e preocupada com o desenvolvimento destas regiões, a formação técnica dos servidores da UFFS podem não estar concatenada com a necessidade da universidade. Isto significa apontar que os servidores, muitos possivelmente vindo de outras regiões do país, não possuam identidade com a local em que atuam.

Outro aspecto que afeta os *campi* se refere ao número de cursos de graduação. Ainda que a universidade ofereça 45 cursos ao todo, apenas os *campi* de Chapecó e Erechim oferecem mais de dez cursos. Evidentemente, a possibilidade de elevar o número de cursos depende, sobretudo, da existência de recursos que permitam a contratação de novos docentes, servidores técnico-administrativos, investimento em infraestrutura, entre outros. Ademais, é indispensável que a UFFS passe a oferecer também cursos de doutorado, se bem que a existência dos cursos de mestrado já aponta para algo neste sentido.

Aliás, a questão de recursos é, sempre, preocupante. A contenção de gastos e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 determinou o congelamento dos gastos públicos pelos próximos vinte anos (BRASIL, 2016). Se não bastasse tal medida, houve corte de gastos em diversos setores, sendo a Educação um dos orçamentos com maior redução. Isso se reflete de diversas formas, tais como recursos destinados a pesquisa e extensão, realização de eventos científicos, parcerias e acordos internacionais, expansão universitária, dentre outros. Aliás, sobre expansão universitária, a alocação de recursos é crucial.

A conjuntura política e econômica, no entanto, é preocupante. Se não bastasse a EC 95 e o corte de gastos, não há sinais de recuperação econômica que permita a visualização de maiores investimentos no futuro. Pelo contrário, a aliança vencedora das últimas eleições presidenciais tem dado sinais de que podem ocorrer mudanças nas universidades federais brasileiras. Dentre as medidas que poderiam ser adotadas, a cobrança de mensalidades é uma das mais recorrentes. Entretanto, se for considerado o perfil socioeconômico da região que abriga a UFFS, é simples concluir que boa parte desta população não possui condições para financiar seus estudos (aliás, este foi um dos motivos que levou ao surgimento da universidade).

Um outro fator que a UFFS deve se preocupar refere-se a forma de seleção de seus estudantes. Atualmente o processo seletivo se dá via Sistema de Seleção Unificada – SISU. Entretanto, este instrumento classifica os estudantes independente de sua região de origem. Obviamente se entende que a universidade é aberta a toda sociedade brasileira. Todavia, se o caráter regional e a busca pelo seu desenvolvimento são destacados desde sua constituição, caberia avaliar se não deveria existir elementos que assegurassem a entrada de, ao menos, determinado percentual dos candidatos da região.

Há, ainda, um aspecto que parece ser da maior relevância para que a UFFS possa cumprir com seus objetivos no tocante ao desenvolvimento regional: a relação entre a universidade e a sociedade. Muito embora a universidade garanta o assento de representantes da comunidade regional em seus principais conselhos e, também, na consulta para a escolha de seus dirigentes, isso pode não ser suficiente para que as demandas regionais sejam aceitas e incorporadas pela instituição. Obviamente que isso pode apontar para algumas reflexões.

A primeira delas seria até que ponto a UFFS pode atender as demandas da sociedade regional. Como já visto anteriormente, a MGFm historicamente se manteve a margem do protagonismo econômico e político. Pelo contrário, é plausível considerar que o Estado foi ineficiente quanto a inserção das microrregiões em suas economias estaduais. Consequentemente, é provável a existência de diversas demandas que até hoje não foram atendidas ou, até mesmo, incluída nas agendas dos governos estaduais. Desse modo, é compreensível supor que a universidade dificilmente teria fôlego suficiente para atender estas demandas reprimidas.

Uma segunda se refere a força que a sociedade regional tem efetivamente dentro da comunidade acadêmica. Se no processo de escolha de seus dirigentes o peso dos votos é paritário, o mesmo não se aplica ao CONSUNI e aos Conselhos de *Campus*. Estes, por sinal, seguem o artigo 56 da Lei 9.394 de 20/12/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O *caput* do artigo em questão discorre sobre os órgãos colegiados deliberativos, os quais poderão ser compostos por segmentos da comunidade institucional, local e regional. Contudo, em seu parágrafo único, a lei determina que “[...] os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais [...]” (BRASIL, 1996).

Desta forma, é muito improvável que a comunidade regional possua força, capacidade de articulação e coesão com a comunidade acadêmica a ponto de que suas prioridades passem a ser elencadas como prioridades da instituição. Na verdade, considerando a formação dos servidores da instituição, formação esta realizada em outras instituições que, possivelmente, não possuam o mesmo grau de comprometimento com a região (como é o caso da UFFS), é presumível supor que as demandas da sociedade regional não tenham apelo suficiente. Isso não significa que o corpo docente e técnico-administrativo seja contrário ao desenvolvimento regional, mas pode indicar que suas prioridades são outras.

Uma terceira ponderação é a própria participação da comunidade regional. Diante das dificuldades observadas nas instâncias superiores da universidade e tendo em vista os obstáculos que enfrentam para que as demandas regionais sejam absorvidas pela instituição,

é razoável que a própria comunidade acabe deixando de participar de espaços universitários. Pode existir também a falsa ideia de que a conquista da universidade garante automaticamente o desenvolvimento da região. Apesar de que esta visão possa ser justificada pela injeção de recursos na economia local como, por exemplo, no setor imobiliário. Seria uma ilusão e um grande equívoco acreditar que esta é a principal contribuição da universidade no desenvolvimento regional.

Na verdade, a universidade representa muito mais que este aumento no volume de recursos. Assim, para além do que foi elencado por Hoff, Martin e Sopeña (2001), a universidade representa conhecimento, formação, articulação com entidades públicas e privadas, pesquisa, extensão, arte, cultura, vida! Enfim, embora compreensível, não se pode limitar a magnitude de uma universidade apenas sob o viés econômico. E isso coaduna com o desenvolvimento regional. Como já apontado anteriormente, apesar da dimensão econômica ser, muitas vezes, o cerne da discussão acerca do desenvolvimento regional, este é multidimensional e, portanto, muito mais amplo que os efeitos econômicos.

Esta interpretação equivocada da comunidade regional, de que a universidade está contribuindo com o desenvolvimento da região e que não se faz necessária a participação dos sujeitos sociais nos conselhos universitários, pode acarretar em mudança no perfil da instituição. Isso porque as mudanças em estatutos, regimentos, processos e prioridades institucionais são definidas pelo CONSUNI. A ausência da comunidade regional é um equívoco que pode custar o caráter diferenciado da UFFS. Afinal, os espaços universitários também são espaços de disputa, de poder. Abrir mão da participação dos conselhos pode implicar em derrota do projeto inicial que determinou a criação da universidade.

Também, um outro grande desafio é garantir que a UFFS mantenha sua qualidade acadêmica e cumpra com as exigências sem perder seu olhar para o desenvolvimento regional. Quanto à qualidade, há evidências que o compromisso com a MGFM e seu entorno não prejudicaram o desempenho da instituição. Pelo contrário, em 2017 a UFFS ficou na 24ª posição entre as 98 instituições públicas federais brasileiras (UFFS, 2017a). Outros exemplos podem ser considerados, como o curso de Medicina Veterinária da UFFS, *Campus Realeza*, que obteve a primeira colocação do país em 2016 (UFFS, 2017b) e o curso de Agronomia, *Campus Laranjeiras do Sul*, estando rankeado entre os dez melhores do Brasil (UFFS, 2017 c).

Quanto as exigências, a UFFS pode enfrentar certas dificuldades. A universidade, ao considerar o desenvolvimento regional prioridade, e baseada na concepção de que é uma universidade pública e popular, pode enfrentar alguns obstáculos para que implemente suas políticas com sucesso. Isso porque o Sistema CAPES, a título de exemplo, pode apresentar critérios que impeçam a universidade de construir uma proposta diferenciada. Neste sentido, como manter a universidade neste sistema, e com esta proposta, parece ser uma tarefa nada simples.

Por fim, existem outros temas de preocupação, tais como: possível rotatividade dos servidores (muito deixaram grandes centros e foram para municípios menores, com o tempo podem buscar remoção/redistribuição), interesses políticos conflitantes, disputas internas contraditórias, inserção em todos os setores da sociedade regional, entre outros. De qualquer

forma, é perceptível compreender que a criação da UFFS e sua implementação distribuída em seis microrregiões *per se* não será suficiente para que a MGFM se desenvolva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo debate sobre a universidade e suas implicações se mantém atual. Muito embora certas dinâmicas se modifiquem ao longo do tempo, as pesquisas sobre esta temática tem se aprofundado e, ao mesmo tempo, trazido cada vez mais novos primas sobre a questão. Os estudos de caso têm contribuído com o debate, mesmo que as peculiaridades de cada situação impeçam uma generalização. Neste sentido, este trabalho buscou examinar o compromisso da UFFS com o desenvolvimento regional, além de considerar possíveis adversidades para que a universidade cumpra com este objetivo.

A MGFM, região que abriga os *campi* da UFFS, foi permanentemente excluída ao longo do tempo do protagonismo político e econômico dos Estados do Sul do país. E esta situação levou a organização de sujeitos sociais pela busca por uma universidade federal pública e gratuita na região. Mesmo que a desigualdade da região com outras regiões do Sul seja inerente ao modo de produção capitalista, a alternativa foi visualizar que a universidade poderia ser a entidade transformadora da região, contribuindo com seu desenvolvimento.

A universidade continua sendo uma entidade ímpar, diferenciada. Mesmo com a existência de visões discrepantes sobre o papel da universidade e suas relações com a sociedade, é inegável reconhecer que esta instituição permanece forte e influente ao longo do tempo. E, com isso, acaba “naturalmente” dialogando e contribuindo com as questões da sociedade atual. Evidentemente, há universidades mais ou menos integradas às sociedades que as cercam, mas isso não impede que esta relação seja proveitosa. Neste sentido, a relevância da UFFS é ainda mais notável.

Resultante do MPUF e com o compromisso de contribuir com o desenvolvimento da MGFM, a UFFS possui características que comprovam sua relação com a sociedade regional. A presença da comunidade regional em diversos espaços e conselhos da universidade reforça isso, embora tal vínculo esteja presente não só desde a criação da UFFS, mas, e principalmente, nos documentos bases da universidade, como o estatuto e o regimento geral da universidade. Portanto, sob a ótica da relação com a comunidade regional, a UFFS parece estar cumprindo com seus objetivos. Entretanto, esta relação não é suficiente para o desenvolvimento da região.

Há diversos desafios que a universidade deverá superar para cumprir com suas missões e objetivos. Este trabalho consistiu em alguns aportes iniciais sobre estes desafios, dos quais se destacam: o caráter *multicampi* da UFFS; a burocracia interna; a necessidade expansão de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, o que demandaria novos investimentos;

a conjuntura econômica do país (incluindo os efeitos da EC 95/2016); o processo seletivo adotado pela instituição; a relação entre a UFFS e a comunidade regional; as exigências externas e a forma de tratamento que a UFFS recebe pelas instâncias superiores (quando comparada as demais universidades federais); entre outros.

Possivelmente, cada desafio pode ser melhor examinado. Assim, novos estudos devem ser realizados buscando se aprofundar nos pontos aqui elencados. A existência de novas investigações pode não só contribuir com as necessidades de ajustes institucionais, como também podem contribuir com o debate universidade – desenvolvimento regional. Ademais, existem outros fatores que podem ser identificados como desafios para que a UFFS cumpra com seus objetivos frente ao desenvolvimento da MGFM.

De qualquer forma, é visível a ideia de que a universidade, para contribuir efetivamente com o desenvolvimento geral, deve estar territorializada. Isto é, inserida no contexto da região, examinando suas vulnerabilidades e potencialidades e contribuindo, com projetos de pesquisa e extensão, para a superação das mazelas existentes (ainda mais numa região menos desenvolvida). Independente de aspectos mais específicos, a MGFM necessita de transformações para que deixe a situação de vulnerabilidade socioeconômica observada antes da implantação da UFFS.

Caso a UFFS seja eficiente no ensino, na pesquisa e na extensão, a universidade não só estará respeitando os anseios da comunidade regional, que foi fundamental para a criação da universidade, como também contribuirá, conseqüentemente, com o desenvolvimento da MGFM e seu entorno.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade nova no Brasil. In: SANTOS; Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra: 2008, p. 107-259
- ALVES, Ubirajara. Pesquisa acadêmica e desenvolvimento regional. In: *SEMINÁRIO: A UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p.110-117.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 23, p. 261-286, jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- ATLAS BRASIL. *Consulta*. 2018. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> Acesso em 09 de out. de 2018.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 95*, de 15 de dezembro de 2016. Altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. *Lei 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 20 de nov. de 2018.

BRASIL. *Lei 12.029*, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria C. Entre o Estado e o mercado: o público não estatal. In: Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunil Grau, orgs., *O público não estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999, p. 15-48.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. In: *A Universidade na Encruzilhada – Seminário Universidade: por que e como reformar?* Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968POR.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2017.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Ebook.

DEMARCO, Stefano Moraes; MAIA, Claudio Machado. A Universidade Federal da Fronteira Sul: uma política pública em processo de implantação na perspectiva de uma construção social e de interesses regionais. In: *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 80-93, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3078/2096> Acesso em: 06 jun. 2017.

DEMO, Pedro. Extensão universitária – algumas idéias preliminares. In: *A Universidade e o Desenvolvimento Regional*. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 118-130.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERNANDES, Ruben. *Impactos Locais e Regionais da Universidade do Porto*. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade do Porto, Local, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7560> Acesso em 26 de jan. de 2017.

GOULARTI FILHO, Alcides. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: THEIS, Ivo Marcos (Org.). *Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism*. London: Verso, 2006a.

HARVEY, David. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.

HOFF, Debora Nayar; MARTIN, Aline Schimidt San; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e Desenvolvimento Regional: impactos quantitativos da Unipampa e Sant'Ana do Livramento. *Revista REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>. Acesso em: 12 set. 2016.

LECLERC, Michel. A universidade de Quebec: um objetivo de acessibilidade e de regionalização. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE MULTICAMPI: "A UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL", 2, 1986, Salvador. *Atas...* Impresso nos serviços de reprografia da Université du Québec – jun. 1986.

LEOPOLDO e SILVA, Franklin. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, maio/ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200015. Acesso em: 06 jan. 2017.

LIBERATO, Rita de Cássia. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-1362. sem. 2008. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/geografia_28_notas01.pdf. Acesso em: 08 abr. 2016.

LIMA, Eleuza Ferreira. *A contribuição do ensino superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no desenvolvimento regional do estado no período de 1996-2007*. 2012. 157 f. Tese (Doutorado em Economia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MI – Ministério da Integração Nacional. *Grande Fronteira do Mercosul*. 2017. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635. Acesso em: 02 jun. 2017.

MINOGUE, Kenneth. *O conceito de universidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MPUF – Movimento Pró-Universidade Federal. *Relatório do Grupo de Trabalho*. 2008. Documento em pdf.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. Denominações das Instituições de Ensino Superior. 2017. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html Acesso em 11 de novembro de 2017;

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

RICKEN, Ignacio. A universidade a serviço do desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE MULTICAMPI: “A UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL”, 2, 1986. Salvador. Atas... Impresso nos serviços de reprografia da Université du Québec – jun. 1986.

ROLIM, Cássio, e SERRA, Mauricio. Instituições de Ensino Superior e desenvolvimento regional: O caso da região norte do Paraná. *Revista de Economia*, v. 35, n. 3, ano 33, p. 87-102, 2009. Curitiba: Editora UFPR.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28, jun. 1989.

SANTOS. Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS; Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra, 2008.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SERRANO, Rosa Maria S. M. *Conceitos de extensão universitária*: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Estatal: entre o público e o privado/mercantil. *Edu. Soc.*, Campinas, vol. 26, n° 90, p. 191-222, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 11 de nov. de 2017.

SILVA FILHO, Antônio Luís da. *O papel da universidade no desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1977.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *O papel da universidade no desenvolvimento local*: experiências brasileiras e canadentes. Florianópolis: APED: Secco, 2011.

TREVISOL, Joviles Vítório. O ensino superior na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José ; ZARTH, Paulo A. *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Ebook.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. *Estatuto* – 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031>. Acesso em: 06 jun. 2017.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. *Regimento Geral*. 2016. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2016-0003> Acesso em 20 de nov. de 2018.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. *Cursos*. 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/cursos> Acesso em 20 de nov. de 2018.

UFFS– Universidade Federal da Fronteira Sul. *UFFS está entre as melhores instituições dos estados do Sul do Brasil*. 2017a. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-esta-entre-as-melhores-instituicoes-dos-estados-do-sul-do-brasil. Acesso em: 26 dez. 2017.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. *Curso de Medicina Veterinária da UFFS fica em primeiro lugar no Brasil no ENADE*. 2017b. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/noticias/curso-de-medicina-veterinaria-da-uffs-fica-em-primeiro-lugar-do-brasil-no-enade> Acesso em 21 de nov. de 2018.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. *Curso de Agronomia do Campus Laranjeiras do Sul está entre os 10 melhores cursos do Brasil*. 2017c. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/curso-de-agronomia-do-campus-laranjeiras-do-sul-obtem-conceito-maximo-no-enade> Acesso em 21 de nov. de 2018.

VIEIRA, Paulo Freire et al. Universidade e desenvolvimento local: balanço da discussão. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). *O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadentes*. Florianópolis: APED: Secco, 2011.